

ESTADO DE SÃO PAULO

Escolas insistem: reajustam anuidade mesmo fora da lei

AGÊNCIA ESTADO

Com "autorização ou não" as escolas particulares vão reajustar em 100,6% suas anuidades para o próximo ano. E o aumento já será introduzido nas matrículas que serão feitas a partir de dezembro. Esta foi a resposta dada ontem pelo presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio Camargo, às declarações feitas na véspera pelo secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Aloísio Sotero, de que o aumento das escolas particulares não tem amparo legal.

Na ocasião, Sotero referiu-se à recomendação feita pela Federação Nacional de Escolas Particulares (Fenen) a seus associados de que majorassem as anuidades em 125%. Aurélio Camargo disse não concordar com o índice pleiteado pela Fenen, mas entende que as escolas devem reajustar suas anuidades em 100,6% para compensar as perdas deste ano e equiparar os salários de seus professores com os da rede pública de ensino, que receberam aumento de 40,6% e deverão ter outro reajuste em janeiro de 26%, totalizando 66,6%.

Aurélio Camargo classificou de "blefe" a afirmação feita pelo presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo, José Leopoldino de Azevedo, de que a categoria pode entrar em greve caso não receba reajus-

te salarial equivalente à majoração das anuidades. Após chamar Azevedo indiretamente de "pelego", Aurélio Camargo disse que os professores não "aceitam teses demagógicas" e sabem da situação das escolas.

"Não há professor contra escola ou sindicato patronal. Acho que o professor Azevedo está blefando. Na Nova República, o peleguismo sindical deve ser extirpado, porque existem líderes que vivem da miséria da categoria trabalhadora", afirmou. Ele ressaltou que, em todas as escolas, está havendo diálogo entre professores e mantenedores, estando todos "engajados".

SINTONIA C/A

Em Brasília, o diretor-executivo da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), professor Basile Demetri, manteve o mesmo tom nas informações que deu sobre o assunto. Apesar de o governo considerar ilegal um reajuste de até 125% nas mensalidades, esta continua sendo a orientação da Federação. E disse o mesmo que José Aurélio Camargo — a elevação já deve ser feita nas matrículas para 87, o que está ocorrendo em muitos Estados. Basile Demetri, no entanto, lembrou que a medida "autorizada pela Fenen" é provisória: se o governo posteriormente adotar reajuste menor, a diferença será reembolsada aos pais dos alunos ou descontada nas mensalidades.